

**COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO  
SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS  
EUA (CTEUA)**

**Criação: 15 de julho de 2025**

Presidente: **SENADOR NELSON TRAD (PSD-MS)**  
Relatora: **SENADORA TEREZA CRISTINA (PP-MS)**

**PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO – 2025**

**PROPÓSITO: Debater as relações econômicas bilaterais entre Brasil e Estados Unidos e facilitar a interlocução entre parlamentares e os setores privados de ambos os países.**



## 1. Apresentação

Brasil e Estados Unidos da América (EUA) celebraram 200 anos de relações diplomáticas em 2024. Historicamente, os dois países sempre mantiveram laços políticos e econômicos sólidos, mas percepções diferentes sobre seus respectivos interesses nacionais por vezes têm levado a desafios para o relacionamento bilateral. De todo modo, em 2024, tanto nas exportações quanto nas importações, os EUA foram o segundo maior parceiro do Brasil, ficando atrás apenas da China. Contudo, as exportações para o parceiro norte-americano são mais diversificadas do que para o país asiático, apresentando valor agregado maior, dada a relevância da indústria de transformação na pauta de comércio. Ao todo, 9.500 empresas brasileiras exportam para os EUA.

Em 15 de julho de 2025, o presidente Donald Trump anunciou tarifas alfandegárias a 22 países, dentre eles o Brasil, com alíquota linearmente aplicada a nossas exportações para o mercado dos EUA de 50% *ad valorem*. Em 30 de julho, foi publicada Ordem Executiva confirmando as tarifas, mas estabelecendo uma lista de exceções em que constam produtos de setores importantes, como aeronáutico, metalúrgico e cítricos.

O episódio evidenciou relativa fragilidade da interlocução institucional entre os dois países. Pelo próprio peso relativo dos EUA na economia mundial, esse país possui dinâmica própria em seu relacionamento com os países parceiros, que transcende os tradicionais canais diplomáticos, apesar da indiscutível importância de um diálogo entre governos. Nessa ordem de ideias, a intensificação da diplomacia parlamentar, com participação de agentes do setor privado, e por intermédio dos escritórios de representação de interesses empresariais baseados em Washington, mostra-se de extrema relevância.

O atual tensionamento nas relações governamentais entre Brasil e EUA apresenta, contudo, uma oportunidade para que essa lacuna seja ativamente enfrentada, com o objetivo tanto de abrir canais de comunicação que possibilitem melhor equacionamento das questões de curto prazo, quanto de fomentar uma presença mais perene da representação dos interesses brasileiros junto aos diversos atores relevantes nos Estados Unidos.

Essa oportunidade motiva e justifica a manutenção de um debate no Senado Federal, visando aprimorar a interlocução sobre as relações econômicas bilaterais com os EUA, considerando as dinâmicas de curto e longo prazo.



## 2. Objetivo da Comissão

O assunto requer um tratamento suprapartidário, que considere os interesses estratégicos do Estado brasileiro. O relacionamento com os EUA é, sem dúvida, um importante vetor do desenvolvimento nacional, tanto no comércio quanto nos investimentos. Por isso, a questão deve ser abordada prioritariamente sob um enfoque técnico, buscando identificar os reais riscos e oportunidades presentes nos múltiplos níveis de engajamento econômico-empresarial entre os mercados brasileiro e norte-americano.

Os objetivos da Comissão deverão se centrar em dois eixos: reunir informações das diversas partes envolvidas, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, para construir um quadro claro dos interesses, motivações e forças atuantes em ambos os lados; e cultivar canais de interlocução com atores-chave nos dois países, especialmente com integrantes do Congresso norte-americano e do empresariado com atuação destacada naquele mercado.

## 3. Das funções da Comissão

Conforme disposto nos arts. 71, 74 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Senado pode criar Comissões Temporárias. Por meio do Requerimento nº 556, de 2025, aprovado pelo Plenário em 15 de julho deste ano, deliberou-se pela conveniência da instalação de uma Comissão Temporária Externa, com a tarefa inicial de realizar uma missão parlamentar *in loco* de alto nível aos Estados Unidos. O objetivo era estabelecer canais de diálogo com legisladores-chave do Senado norte-americano, tendo como pauta a relação política e econômica entre os dois países no contexto da tarifa de 50% imposta ao Brasil. A criação da referida Comissão, fundamentada na necessidade de ações coordenadas, propositivas e maduras, tem por objetivo fortalecer a cooperação interparlamentar, com vistas à construção de soluções duradouras e de benefício mútuo.

No dia 17 de julho, a Presidência do Senado Federal designou os Senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) (Presidente), Tereza Cristina (PP-MS), Jaques Wagner (PT-BA) e Fernando Farias (MDB-AL), como titulares, e Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), Esperidião Amin (PP-SC), Rogério Carvalho (PT-SE) e Carlos Viana (Podemos-MG), como suplentes, para compor a Comissão Temporária.



A função do colegiado, portanto, é realizar a apuração direta dos diversos fatores que atualmente afetam as relações econômicas bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, assim como estabelecer os canais de diálogo pertinentes.

#### 4. Das atividades da Comissão

A Comissão realizou missão oficial a Washington entre os dias 28 e 30 de julho do corrente. Os três dias dividiram-se da seguinte forma:

- segunda-feira, 28 de julho: encontros com especialistas; reunião e almoço de trabalho com a *U.S. Chamber of Commerce*; reunião com o grupo Político;
- terça-feira, 29 de julho: encontro com parlamentares no Capitólio; jantar oferecido pela *International Conservation Caucus Foundation (ICCF)*; e
- quarta-feira, 30 de julho: café da manhã de trabalho na *Americas Society / Council of the Americas*; entrevista coletiva.

A delegação foi recebida por oito senadores e pela deputada que co-preside o *Brazil Caucus*: Martin Heinrich (D-Novo México), Ed Markey (D-Massachusetts), Tim Kaine (D-Virginia), Mark Kelly (D-Arizona), Chris Coons (D-Connecticut), Jeanne Shaheen (D-New Hampshire), Michael Bennet (D-Colorado); Thom Tillis (R-North Carolina); e Deputada Sydney Kamlager-Dove (D-California). Foram entregues, em mãos, convites para que esses legisladores visitem o Brasil em momento oportuno e com a brevidade possível.

Os parlamentares manifestaram apoio à posição brasileira, o que foi sustentado inclusive publicamente. Os Senadores Kaine e Shaheen coordenaram o envio de carta de Senadores democratas ao Presidente Donald Trump. O Senador Kaine comprometeu-se a contestar em plenário a imposição das tarifas de 50% aos produtos brasileiros, o que se espera que ocorra até o final de setembro, caso não haja novos desdobramentos. O Senador julga contar com os votos de praticamente todos os democratas e de alguns republicanos. O Senador Tillis, voz respeitada entre seus pares republicanos, comprometeu-se a tratar do assunto dentro do partido governista.

Apurou-se, nos encontros, que apesar das ressalvas às tarifas de Trump, forma-se um consenso bipartidário no Congresso norte-americano



para sancionar, com taxas de até 500%, países que comercializem com a Rússia, sobretudo aqueles que compram petróleo. A medida poderia alcançar, ainda, a compra de fertilizantes e de outros produtos.

Com o setor privado, os parlamentares brasileiros foram recebidos na Câmara de Comércio dos Estados Unidos por seu Vice-Presidente Sênior para as Américas, Neil Herrington, e mantiveram interlocução com inúmeras empresas norte-americanas de relevo, como Cargill, Caterpillar, ExxonMobil, Shell, Dow Chemical, Merck, S&P Global, Johnson & Johnson, IBM, DHL, Kimberly-Clark, entre outras. No encontro com o Conselho das Américas, moderado por Brian Winter, seu Vice-Presidente Executivo, a delegação avistou-se com novo grupo de empresas-chave, como Apple, Amazon, JBS, Mastercard, PepsiCo, Lockheed Martin, General Motors, entre outras.

Em ambas as ocasiões, reiterou-se o apoio dos setores privados dos dois países a uma rápida solução negociada. Destacou-se, ainda, a importância de uma participação ativa e coordenada no processo aberto pelo Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), ao abrigo da Seção 301 do Código Comercial norte-americano, de investigação sobre práticas brasileiras nas mais diversas vertentes (propriedade intelectual, desmatamento, anticorrupção, medidas tarifárias, comércio digital e serviços de pagamento eletrônico).

Em preparação à missão oficial, houve reunião de seus membros com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, no dia 23 de julho. No retorno a Brasília, houve encontro dos Senadores com o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em 6 de agosto. Além dessas interações com o governo, a Comissão foi procurada por diversos empresários brasileiros, dos mais diversos setores, que buscaram transmitir aos membros suas avaliações sobre os possíveis impactos das medidas norte-americanas.

Tendo em vista o seguimento da imposição das tarifas de 50% a diversos setores relevantes da economia brasileira, como carnes, café, frutas, madeiras e pescado, e a continuidade da investigação sob a égide da Seção 301, torna-se premente que a Comissão siga com seu duplo trabalho de reunir informações estratégicas e fomentar canais de interlocução. Além disso, no exercício da função supervisora do Legislativo, cabe à Comissão acompanhar a implementação do plano de contingência voltado à mitigação dos efeitos nocivos da medida sobre os setores mais impactados da economia brasileira.



Por conseguinte, a Comissão deverá considerar dar seguimento a suas atividades, mantendo principalmente sua interlocução com as diversas partes interessadas e considerando, inclusive, a pertinência da realização de nova missão *in loco*.

## 5. Cronograma dos Trabalhos

Para a consecução dos objetivos da Comissão, poderão ser agendadas audiências públicas com representantes do governo, representantes diplomáticos dos EUA e do setor privado, visando ao levantamento de informações críticas para a interlocução econômica entre Brasil e Estados Unidos, e para o debate sobre possíveis cursos de ação. Em linhas gerais, apresentamos as atividades que seguem:

### Cronograma das atividades em 2025:

<b>AGOSTO</b>	
<b>07/08/2025</b> (quinta-feira)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação da Comissão</li> </ul>
<b>SETEMBRO</b>	
<b>02/09/2025</b> (terça-feira)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião deliberativa:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação do Plano de Trabalho – 2025;</li> <li>- Apresentação e votação de requerimentos de informação e de audiência pública;</li> <li>- Assuntos Gerais.</li> </ul> </li> </ul>
<b>24/09/2025</b> (quarta-feira)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Audiência pública sobre o tema: <b>Investigação da Seção 301.</b> <p><b>CONVIDADOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério das Relações Exteriores;</li> <li>- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;</li> <li>- Ministério da Agricultura e Pecuária;</li> <li>- Representantes do setor privado.</li> </ul> </li> <li>• Reunião deliberativa:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assuntos Gerais.</li> </ul> </li> </ul>



**OUTUBRO**

<b>01/10/2025</b> (quarta-feira)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reunião de Encerramento da Comissão:<ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentação do Relatório;</li><li>- Assuntos Gerais.</li></ul></li></ul>
----------------------------------	---

Sala da Comissão,

Senadora TEREZA CRISTINA

